



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 093/094

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O S

### **DIÁRIO Nº 093**

#### **78ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Mensagens .....	04
Ofícios.....	08
Telegrama.....	08
Telex.....	08
Requerimentos .....	09
Projetos de Lei .....	13
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. José Domingos Scarpellini....	18
Dep. Elza Correia.....	19
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	20
Liderança do Bloco PTB/PL/PRB	
Dep. Jocelito Canto .....	21
Liderança do PFL	
Dep. Elio Rusch .....	23
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	24
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	24
1ª Discussão .....	25
Discussão Única (Proposições) .	26
Requerimentos .....	27
<b>Encerramento da Sessão.....</b>	<b>28</b>

### **DIÁRIO Nº 094**

#### **14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>29</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>29</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>29</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos.....	30
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	30
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	31
2ª Discussão .....	31
1ª Discussão .....	33
Requerimentos .....	32
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>32</b>
<b>Publicações:</b>	
Comissão Executiva	
Atos.....	32
Diretoria Geral	
Portarias .....	33
Ata de Comissão	
Redação .....	33

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 093**

### **78ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....03**

**Presenças.....03**

**Abertura da Sessão .....03**

#### **Expediente:**

Mensagens .....04

Ofícios .....08

Telegrama .....08

Telex .....08

Requerimentos.....09

Projetos de Lei.....13

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. José Domingos Scarpellini ....18

Dep. Elza Correia..... 19

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini20

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto ..... 21

Liderança do PFL

Dep. Elio Rusch ..... 23

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 24

Discussão / Votação:

Redação Final..... 24

1ª Discussão ..... 25

Discussão Única (Proposições) . 26

Requerimentos..... 27

**Encerramento da Sessão ..... 28**

### **DIÁRIO Nº 093**

### **78ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Nereu Moura pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Var-

gas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (38).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica e Waldir Leite (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 054/06

Curitiba, 14 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo adotar medidas efetivas destinadas à redução de custo pelo Estado do Paraná na persecução pela via judicial, dos seus créditos tributários ou não, inscrito na Dívida Ativa após 1º de setembro de 2006.

Cumpramos ressaltar que há custos, o Estado, com processamento administrativo a todos créditos, seja de vulto ou valor insignificante. Custos esses que ficam muito dispendiosos após seu ajuizamento, com despesas que decorrem das providências judiciais - que no Estado do Paraná envolvem inclusive a manutenção de Oficiais de Justiça *ad-hoc* com veículos e combustível da administração estadual.

Assim, nas situações demonstradas neste anteprojeto de lei, os custos de cobrança de créditos, tributários ou não, de valores menores do que o mínimo estipulado, no presente trabalho, das dívidas com o Estado do Paraná, sobrepõem-se em muito ao futuro proveito do crédito em cobrança. Impõe-se por este motivo, com base nos princípios da economia de recursos públicos, que tais valores sejam inscritos na Dívida Ativa, com prescrição em cinco anos, e não venham a ser cobrados mediante a propositura de execução judicial.

Ressalta-se ainda que ao contrário que acontece em muitos Estados da Federação e da própria União, aonde conforme os valores da dívida sequer chegam a ser inscritos na Dívida Ativa, sendo cancelado sumariamente. Neste anteprojeto de lei nesta situação está-se propondo a manutenção da inscrição, permanecendo o débito pendente até o pagamento ou prescrição. Somente haverá a cobrança mediante execução judicial, quando atingir o valor estipulado no projeto, que é ponto de equilíbrio entre o custo da cobrança X proveito da cobrança.

Com essa inovação e modernização da legislação da Dívida Ativa, conseguindo desafogar o órgão judicial competente de execuções, que não trazem proveito econômico para o Estado, e dando mais urgência e rapidez em assuntos de grande importância para o Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa após 1º de setembro de 2006, cujo valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

I - 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal;

II - 50 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;

III - 05 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;

§ 1º Não se aplicam os limites acima estabelecidos quando a soma das dívidas, tributária e não tributária de um mesmo devedor ultrapasse o limite fixado, situação em que poderão ser reunidas de acordo com a natureza de cada crédito, para cobrança na mesma execução fiscal.

§ 2º Submete-se às disposições desta lei os saldos de créditos, tributários ou não tributários, decorrentes de parcelamentos rescindidos, pagamentos parciais, retificações de informações ou outras situações que gerem extinção parcial do crédito ocorrido anteriormente ao ajuizamento da execução fiscal.

§ 3º Os saldos de créditos tributários ou não tributários, decorrentes de parcelamentos rescindidos, pagamentos parciais, retificações de informações ou outras situações que gerem extinção parcial do crédito, ocorridos no curso de ação de execução fiscal, serão cobrados mediante o prosseguimento normal da ação, até sua quitação integral.

Art. 2º Compete ao setor de Dívida Ativa da Secretaria de Estado da Fazenda a verificação da adequação dos fatos às disposições do artigo 1º e parágrafos.

Parágrafo único. Os créditos de que trata esta lei, serão inscritos em Dívida Ativa, sem emissão de certidão, e assim permanecerão, com a devida atualização, até que seja possível a aplicação da regra do parágrafo 1º, ou, não sendo, até que se cumpra um período de cinco anos de sua inscrição, quando poderão ser baixados.

Art. 3º Disposto nesta lei não confere direito à restituição ou compensação de importância pagas ou compensadas.

Art. 4º Na hipótese de extinção da UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) será adotado o

índice que o substituir, ou o índice que vier a ser adotado pelo Estado do Paraná para correções de seus créditos.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 055/06

Curitiba, 14 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser submetido à elevada apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que, visando corrigir os conflitos de interpretação entre a Lei Complementar Estadual nº 107, de 11 de janeiro de 2005 e outras normas legais de cunho específico, objetiva alterar a redação dos artigos 11, 20 e 29, bem como revogar dispositivos expressamente mencionados, da referida Lei Complementar nº 107/2005, que “estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná”.

O anteprojeto de lei complementar em referência consubstancia o resultado de estudos técnicos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, a mim encaminhados através do protocolado sob nº 9.122.614-6, onde o Titular daquela Pasta apresenta detalhada justificativa, cujo texto, em anexo, utilizo como motivação fundamental desta proposição, porque bem demonstra a indiscutível necessidade e oportunidade de tal medida legal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005.

I - O *caput* do artigo 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. É vedada, para fins de cobrança extra judicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição de estabelecimento ou a instituição de barreiras fiscais.”

II - O *caput* do artigo 20 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. A existência de processo administrativo em que a exigibilidade do crédito tributário esteja suspensa na forma da lei, e a existência de processo judicial em matéria tributária, em que haja garantia do juízo, não impedirá o contribuinte de fluir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações, salvo disposição de lei em contrário.”

III - O *caput* e o artigo 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. O parcelamento do débito tributário faz com que o contribuinte retorne ao estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões com efeito de negativa de débitos fiscais, desde que efetue o pagamento das parcelas devidas.

.....

§ 2º O não pagamento das parcelas no prazo e no valor avançados permitirá à administração fazendária a imediata revogação do parcelamento, a inscrição em dívida ativa dos créditos residuais ainda não inscritos e eventuais ações judiciais cabíveis ao caso.”

IV - Ficam revogados o parágrafo 1º do artigo 20, o inciso VI do artigo 30, e os artigos 22, 37 e 38 da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA:

A competência dos Estados, para legislar sobre matéria tributária, nos termos do artigo 24 da Constituição Federal de 1988, restringe-se a normas específicas, de interesse regional e relativas aos tributos de sua esfera.

Esta competência somente será plena quando inexistir lei nacional e, portanto, na dúvida a respeito da aplicabilidade da norma, deve-se investigar a existência de uma lei hierarquicamente superior sobre a mesma matéria, hipótese em que a eficácia da norma estadual estará suspensa.

A Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005, trouxe um inegável avanço para o sistema jurídico tributário deste Estado, entretanto, em alguns de seus artigos, verificam-se algumas imperfeições, que determinam dúvidas ou que impossibilitam sua efetividade, por questões jurídicas ou mesmo técnicas.

Esta proposta pretende aparar estas imperfeições, para que o já conhecido Código de Defesa do Contribuinte cumpra sua tão importante função de disciplinar a relação entre o fisco e o contribuinte, de maneira a garantir direitos e estabelecer deveres para os dois pólos.

Artigo 11 - Nova redação ao *caput*.

Redação original:

*Art. 11. É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição de estabelecimento, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais.*

Nova redação:

Art. 11. É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição de estabelecimento ou a instituição de barreiras fiscais.

A atual redação do artigo 11 da Lei Complementar nº 107/05 veda a adoção de meios coercitivos contra o

contribuinte para fins de cobrança extrajudicial de tributos, incluindo, entre os procedimentos vedados, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito ou a imposição de sanções administrativas.

Este dispositivo privilegia os contribuintes mais pagadores, em detrimento daqueles que honram seus compromissos quitando seus tributos, ao permitir que aqueles possam competir em igualdade de condições perante a Administração Pública. Pode-se dizer, inclusive, que incentiva a concorrência desleal.

Artigo 20 - Nova redação ao *caput* e revogação do parágrafo 1º.

Redação original:

*Art. 20. A existência de processo administrativo, em que a exigibilidade do crédito tributário esteja suspensa na forma da lei, e a existência de processo judicial em matéria tributária, em que haja garantia do juízo, não impedirá o contribuinte de fluir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações.*

*§ 1º Será concedida certidão positiva com efeito de negativa no período que medeia a inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa e a intimação da ação judicial de cobrança.*

Nova redação:

*Art. 20. A existência de processo administrativo em que a exigibilidade do crédito tributário esteja suspensa na forma da lei, e a existência de processo judicial em matéria tributária, em que haja a garantia do juízo, não impedirá o contribuinte de fluir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações, salvo disposição de lei em contrário.*

O *caput* do artigo 20, em sua atual redação, determina que *a existência de processo administrativo, em que a exigibilidade esteja suspensa da forma da lei, e a existência de processo judicial em matéria tributária, em que haja garantia do juízo, não impedirá o contribuinte de fluir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações.*

Entretanto, uma lei complementar não tem competência para alterar disposições de leis específicas, mesmo que hierarquicamente inferiores, segundo parecer emitido pela douta Procuradoria Geral do Estado, junto ao SID 8.274.369-3.

Os programas de incentivo foram criados por leis ordinárias e, desta forma, somente outra lei ordinária poderá alterar os critérios estabelecidos para estes programas. Somente nas situações em que estas leis ordinárias não dispusessem qualquer exigência, poderá ser aplicado o disposto no artigo 20 da Lei Complementar nº 107/05, caso contrário a lei ordinária prevalecerá, por ser específica em relação à matéria.

A atual redação do parágrafo 1º do artigo 20, ao determinar a possibilidade da concessão de certidão positiva com efeito de negativa durante o período entre data da inscrição do crédito tributário em dívida ativa e a inti-

mação do executivo fiscal, contraria frontalmente disposição do Código Tributário Nacional, lei federal com status de lei complementar, por tratar de matéria reservada a esta espécie legislativa e traçar as regras gerais do sistema tributário nacional.

O artigo 206 do CTN é claro ao determinar que a expedição de certidão positiva com efeito negativo somente é possível na existência de créditos não vencidos, de penhora que garanta o valor do crédito tributário ou, ainda, da ocorrência de uma causa de suspensão da exigibilidade deste crédito.

Considerando que a certidão positiva com efeitos negativos implica no fato de que existe um crédito tributário, mas o contribuinte não se encontra inadimplente, ou garantiu a extinção do crédito pendente ou, por fim, detém um direito a que este crédito não lhe seja exigível, por certo esta não poderá ser expedida pelo fisco, pois tais situações não se verificam no período entre a inscrição em dívida ativa e a ciência da execução fiscal, durante qual não há garantias para os direitos do Estado credor.

Artigo 22 - Revogação  
redação original.

*Art. 22. A autuação do contribuinte depende da análise de sua defesa prévia, apresentada em 10 (dez) dias a contar da intimação.*

*Parágrafo Único. A não apresentação de defesa prévia não impede o prosseguimento do processo, mas não implica confissão quanto à matéria de fato.*

O artigo 22 da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005, ao determinar que o lançamento de ofício, mediante a lavratura de um auto de infração, depende da análise de uma defesa prévia apresentada pelo contribuinte, introduz mais uma instância ao procedimento administrativo fiscal, postergando, de maneira desnecessária, a solução das lides tributárias.

Importa ressaltar que a Administração tributária tem sua atividade totalmente vinculada à lei. Desta forma, uma vez verificada a infração à legislação tributária, tem o auditor fiscal dever imediato, de efetuar o lançamento de ofício, sob pena de responsabilidade funcional, segundo dispõe o parágrafo único do artigo 142 do Código Tributário Nacional.

Ao protelar o momento do lançamento, subordinando-o à análise desta nova peça processual, que poderá ser apresentada ou não, ficará prejudicada a celeridade de uma ação fiscalizatória, além de se impor mais um encargo ao contribuinte e ao fisco, em sentido contrário ao que dispõe o parágrafo 2º do artigo 2º desta lei complementar.

A manutenção desta exigência causaria, na prática, como já mencionado, diversas situações de difícil contorno, além de alterar a ordem do procedimento administrativo tributário, que passaria a ter, como peça inicial, não mais o auto de infração, mas sim a notificação ao contribuinte para a apresentação desta defesa prévia.

Causa, ainda, imenso problema a ações fiscais que culminam com a imposição de penalidades de configuração instantânea, como, por exemplo, no caso de transporte de carga desacompanhada de qualquer documentação fiscal.

Não procede a afirmação de que este dispositivo visa assegurar os princípios constitucionais da ampla defesa e da presunção de inocência do contribuinte, pois estes já são observados na legislação tributária paranaense, que permite a impugnação do lançamento, em diversas instâncias, tanto na seara administrativa como na judicial.

Artigo 29 - Altera a redação do *caput* e do parágrafo 2º.

Redação original:

*Art. 29. O parcelamento do débito tributário implica novação, fazendo com que o contribuinte retorne, a este título, ao pleno estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões negativas de débitos fiscais.*

(...)

*§ 2º O não pagamento das parcelas no prazo avençada permitirá à administração fazendária a imediata revogação do parcelamento, a inscrição em dívida ativa dos créditos residuais ainda não inscritos e a eventuais ações judiciais cabíveis ao caso, exceto caso fortuito ou fato imprevisível, que provoque a quebra do equilíbrio do parcelamento.*

Nova redação:

Art. 29. O parcelamento do débito tributário faz com que o contribuinte retorne ao estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões com efeito de negativa de débitos fiscais, desde que efetue o pagamento das parcelas devidas.

...

§ 2º O não pagamento das parcelas no prazo e no valor avençados permitirá à administração fazendária a imediata revogação do parcelamento, a inscrição em dívida ativa dos créditos residuais ainda não inscritos e eventuais ações judiciais cabíveis ao caso.

O artigo 360 do Código Civil de 2001 dispõe que o instituto da novação implica na constituição de uma nova dívida, mediante extinção da dívida anterior, devendo o acordo revestir-se de *animus novandis*.

O artigo 110 do Código Tributário Nacional determina que a legislação tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance dos institutos do direito privado. Desta forma, mantida a redação original do artigo 29 da Lei Complementar nº 107/05, pela qual o parcelamento dos créditos tributários implica novação da dívida, deve-se entender que os parcelamento pressupõe a extinção do crédito tributário original e determina o nascimento de um novo crédito tributário, fato que acarretará sérias consequências, principalmente, em relação as datas base para cálculos de juros, multas e atualização monetária.

Ademais, as hipóteses de extinção do crédito tributário estão elencadas no artigo 156 do CTN, e entre estas, não está mencionada a novação.

O parcelamento do crédito tributário não pode ser confundido com a novação da dívida, pois aquele mantém a relação jurídica e, apenas, causa repercussões no pagamento, não podendo ser considerado causa de extinção do crédito tributário, mas apenas, da suspensão da exibibilidade do mesmo, nos termos do artigo 151 do CTN.

A exclusão da parte final do parágrafo 2º do artigo 29 é necessária em face da subjetividade na determinação de quais seriam as hipóteses de “caso fortuito ou fato imprevisível que provoque a quebra do equilíbrio do parcelamento”, conduzindo a arrecadação tributária sob um campo de insegurança.

Considerando que, no campo das relações privadas, a superveniência de uma causa que impossibilite o cumprimento do contrato nas condições avençadas, pode determinar a revisão destas cláusulas somente após decisão judicial, manter este dispositivo na redação atual implicaria remeter todas as possíveis alegações dos contribuintes para a esfera judicial, protelando, ainda mais, e de forma interminável, o pagamento de seus débitos para com a Fazenda Pública.

Inciso VI do artigo 30 - Revogação.

Redação original:

*Art. 30. É vedado à administração fazendária, sob pena de responsabilidade funcional de seu agente:*

(...)

*VI - divulgar, em órgão de comunicação social, o nome de contribuintes em débito.*

Em iniciativa pioneira, o Estado do Rio Grande do Sul implementou medida para recuperação dos créditos tributários que consiste na divulgação dos contribuintes com débitos tributários inscritos em dívida ativa, com base legal no parágrafo 3º do artigo 198 do Código Tributário Nacional e em lei estadual, obtendo consideráveis resultados.

Entretanto, para que o Estado do Paraná possa fazer uso desta medida se faz necessária a revogação do inciso VI do artigo 30 da Lei Complementar nº 107/05, que veda a divulgação dos nomes dos contribuintes em débito para com a Fazenda Pública.

Artigo 37 - Revogação.

Redação original:

*Art. 37. O processo de execução fiscal somente pode ser ajuizado ou prosseguir contra quem figure expressamente na certidão da dívida ativa como sujeito passivo tributário.*

O artigo 37 da Lei Complementar nº 107/05 determina que *o processo de execução fiscal somente pode ser ajuizado ou prosseguir contra quem figure expressamente na Certidão de Dívida Ativa como sujeito passivo tributário*.

A leitura de tal dispositivo conduz ao raciocínio de que a certidão de dívida ativa deverá ser reemitida

toda a vez que haja alteração do nome empresarial, ainda que esta alteração ocorra durante a fase processual, contribuindo, desta forma, para a elevação do custo da administração tributária, a *contrario sensu* do disposto no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 107/05.

Entretanto, tal matéria é de competência privativa da União, nos termos do inciso I do artigo 22 da Constituição Federal de 1988. Ademais, o Código Tributário Nacional permite o redirecionamento da execução fiscal contra os responsáveis tributários (artigos 134 e 135), o que se fará por ordem judicial.

Considerando que nem sempre é possível, desde o início do procedimento, identificar o sujeito passivo, a lei processual já admite que a execução fiscal prossiga em nome que não conste na Certidão de Dívida Ativa, uma vez presentes todas as condições exigidas para a substituição processual.

O dispositivo em comento, ao proibir a substituição processual e exigir que o nome de executado conste na Certidão de Dívida Ativa está inutilizando, por completo, a Teoria da Desconsideração da Pessoa Jurídica.

Atualmente, na Certidão de Dívida Ativa, não consta o nome dos sócios, mas apenas o da empresa.

Art. 38 - Revogação.

Redação original:

*Art. 38. É obrigatória a inscrição do crédito tributário em dívida ativa no prazo de até 90 (noventa) dias contados de sua constituição definitiva, sob pena de responsabilidade funcional pela omissão, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo 2º, do artigo 20.*

De acordo com o artigo 38 da Lei Complementar nº 107/05, é obrigatória a inscrição do crédito tributário em dívida ativa no prazo de noventa dias contados de sua constituição definitiva, sob pena de responsabilidade funcional por omissão, ressalvada a hipótese em que o contribuinte tenha ingressado com medida judicial visando a outorga de direito sobre tributo em discussão na esfera administrativa, situação em que esta inscrição em dívida ativa somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado da decisão administrativa (parágrafo 2º do artigo 20 da Lei Complementar nº 107/05).

Atualmente, utilizam-se alguns procedimentos com uma certa margem de discricionariedade da Administração, imprimindo uma cobrança diferenciada em função de valores reduzidos e dos custos de arrecadação, sem perder de vista o prazo prescricional.

A Lei nº 11.580/96 autoriza a suspensão da expedição de Certidão de Dívida Ativa pelo prazo de um ano ou até que o valor dos créditos tributários devidos pelo contribuinte atinjam o montante atualizado de trinta UPF/PR (atualmente, cerca de R\$1.500,00).

Estes procedimentos deverão ser alterados, nos termos do artigo 38 da Lei Complementar nº 107/05, pois este comando não menciona valores, extraindo

do administrador público a possibilidade de agir em função dos princípios da economicidade e da eficiência.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios

Sob o nº CTL/CC 235/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo os Projetos de Lei nºs 096/06, 195/06, 252/06, 263/06, 277/06, 291/06, 293/06, 304/06, 308/06 e 320/06.

Sob o nº 334/06, do Sr. Perly Cipriano - Subsecretário de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, comunicando a assinatura do Termo Aditivo nº 04 ao convênio nº 086/03, celebrado entre a União e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná, destinado a implementar Programa Estadual de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas do Estado do Paraná, ficando prorrogado a vigência até 30/04/07. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 586 e 587/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, garantindo a execução de programas junto ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 677/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Estado da Educação, para garantir a execução de programas da BRALF. **Ao Conhecimento da Casa.**

## Telegrama

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos do Fundo Nacional de Saúde ao Instituto de Saúde do Paraná, conforme abaixo:

- nº 10605054/MS/SE/FNS - Valor de R\$ 266.052,72 - pagamento de teto financeiro de vigilância em saúde.

- nº 10605063/MS/SE/FNS - Valor de R\$ 25.889,85 - pagamento de campanha de vacinação do idoso. **Ao Conhecimento da Casa.**

## Telex

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2791 - Requerente Governador do Estado do Paraná e Requerida a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Sra. Ministra Ellen Gracie - Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que foi julgado procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da expressão “bem como os não-



remunerados”, contida na parte final do parágrafo 1º do artigo 34 da Lei nº 12.398/98, na redação dada pela Lei nº 12.607/99, ambas deste Estado. **Ao Conhecimento da Casa.**

## **Requerimentos**

### **REQUERIMENTO Nº 2028**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 427/06, que inclui inciso VII, no artigo 27 da Lei nº 11.580, de 14.11.96, que dispõe sobre ICMS.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) ALEXANDRE CURI

### **REQUERIMENTO Nº 2013**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens, 07 e 08 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### **REQUERIMENTO Nº 2033**

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para requerer o seguinte:

REQUER que seja dado autorização desta Casa de Leis para ausentar-se por 15 (quinze dias) a partir de 29 de agosto de 2006, em função de prorrogação de tratamento médico, em conformidade com o artigo 65 parágrafo único do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

### **REQUERIMENTO Nº 2029**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da pauta e arquivamento do Projeto de Lei nº 348/06, de autoria do Ministério Público, tendo em vista o envio de um novo anteprojeto de lei sobre a matéria.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

### **REQUERIMENTO Nº 2034**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, autor do Projeto de Lei 644/05, REQUER, o uso do Plenarinho para a realização de Audiência Pública no dia

27/09/06, a partir das 14h00, para discutir o Projeto de Lei 644/05.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

Vários segmentos da sociedade organizada nos procuraram sugerindo a realização da Audiência Pública para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto tratado por nosso projeto de lei, até para melhores esclarecimentos que permitirão uma votação mais tranqüila por parte de nossos companheiros de Parlamento.

### **REQUERIMENTO Nº 2016**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

### **REQUERIMENTO Nº 2007**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Odir Pandini ocorrido em dia 27/08/06, na cidade de Cascavel/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu pai Sr. Usílio Pandini, enviando correspondência ao endereço, Rua 25 de julho, s/nº - Centro, CEP 85470-000 - Catanduvas/PR.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A dor e a tristeza da perda se instalam no coração de familiares e amigos. A morte, um dos mistérios de Deus, retira da nossa convivência pessoas que nos fazem bem, pessoas com as quais convivemos diariamente, pessoas que amamos.

Que Deus receba Odir Pandini em sua morada. E que este homem conhecido e tão querido pela população, devido aos muitos anos que trabalhou na Prefeitura Municipal de Catanduvas, tenha o descanso merecido. Que a fé possa acalmar o coração dos que sofrem com a sua ausência.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, sinceros votos de pêsames e condolências.

### **REQUERIMENTO Nº 2008**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sra. Olinda Kuerten Bruning ocorrido em dia 25/08/06, na cidade de Cascavel/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho Hélio Bruning, vice-Prefeito do município, enviando correspondência à Av. Paraná, 644, CEP 85485-000 - Três Barras/PR.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o momento da chegada, existe também a hora da partida. O primeiro é esperado com muita ansiedade e felicidade. O segundo, apesar de ser inevitável, deixa profundas cicatrizes em nossos corações.

Nesta hora, a palavra amiga, o abraço sincero e o aperto de mão tornam-se nossos aliados para que a dor da partida seja minimizada.

Dona Olinda nos deixou. Porém ficam em nossa memória suas palavras suaves, seu olhar singelo, seu sorriso sincero e mais do que isso, suas atitudes que nos servem de exemplo para a vida. Uma mulher que soube exercer com dignidade o papel de esposa, de mãe, de avó e de cidadã responsável e respeitável na comunidade.

Como catequista, Dona Olinda foi uma missionária de Deus. Uma mulher que teve por vocação levar a palavra do Senhor aos mais novos, de formar a futura geração de católicos, de pessoas formadas na fé e nos princípios cristãos.

E são estes mesmos princípios cristãos, aliado à nossa fé, que nos asseguram que houve apenas uma partida e que um dia haverá o reencontro entre os entes queridos. Devemos acreditar, por seu exemplo de vida, que Dona Olinda está hoje ao lado de Deus, na morada que o Pai Celestial reservou para ela.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

#### REQUERIMENTO Nº 2009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Gentil Bertolini ocorrido em dia 25/08/06, na cidade de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa Aida Sartori Bertolini, enviando correspondência à Rua Rio Grande do Sul nº 182, CEP 85400-000 - Guaraniaçu/PR.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Gentil Bertolini, tornou-se um homem conhecido e estimado pela população de Guaraniaçu principalmente por seu amor ao próximo e por lutar pelas causas dos agricultores. Por três anos foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde deixa muitos amigos.

Gentil Bertolini deixa seu trabalho registrado na história do município de Guaraniaçu como um dos pioneiros da cidade, além de contribuir muitos anos com o desenvolvimento de sua terra.

Por esse motivo, sua partida deixa saudades irreparáveis não só nos familiares, mas também nos muitos amigos que conquistou em sua caminhada. Que Deus console o coração de sua esposa Aida e de todos os que sofrem a sua ausência.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de enviar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

#### REQUERIMENTO Nº 2036

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de votos de pesar à família do Sr. Alex de Tarso Paixão, pelo falecimento de seu filho Wagner de Tarso Paixão, na madrugada do dia 28/08/06. Peço, a meus pares apoio para mais essa proposta, solicitando ainda que seja enviado para o seguinte endereço, Rua Mato Grosso nº 1669, CEP 85.812-020 - Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Cândói, pela passagem de seu 14º aniversário de emancipação política, no próximo dia 27 de agosto do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Maurício Mendes de Araújo, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Vilson Kraus de Lima, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população de Cândói.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Toda a população do município de Cândói, com alegria, estará comemorando seus 14 anos de emancipação política no próximo dia 27 de agosto/2006.

As terras do município de Cândói foram imemorialmente habitadas pelos Índios Votorões, da grande nação caingangue.

O ato pioneiro de desbravamento da região de Cândói coube ao capitão Manoel Elias de Araújo e sua mulher Clara Magdalene dos Santos, proprietários de grande área de terras entre os rios Cavernoso, Jordão e Iguaçu. O casal não teve filhos e adotou uma criança, a

que batizaram Ponciano José de Araújo, e que mais tarde seria padre.

O Padre Ponciano, que tinha três filhos, deixou a batina após a morte de seus pais, passando a se dedicar à Fazenda Candoy. Tornou-se político influente. Comandou bandeirantes exploradoras aos campos de Palmas e ajudou a impedir o avanço castelhano nos ervais brasileiros.

O Padre Ponciano morreu em 1854, deixando testamento em nome de seus filhos. Estes casaram e formaram numerosas famílias, que proliferaram, consolidando a formação étnica desta grande região, culminando com a fundação de Candói. Essas famílias perpetuaram os sobrenomes de seus descendentes, dentre os quais os Araújo, Abreu, Oliveira, Silvério, Almeida, Souza, Mendes e tantos outros.

Em 21 de dezembro de 1892, foi criado o Distrito Policial de Candoy. No dia 05 de abril de 1913, através da Lei Estadual nº 1.316, foi criado o Distrito Administrativo. Em 30 de dezembro de 1948, através da Lei nº 199, foi alterada a grafia de Candoy para Candói.

Em 27 de agosto de 1990, pela Lei Estadual nº 9.353, foi criado o município, com território desmembrado do município de Guarapuava. A instalação deu-se em 01 de janeiro de 1993.

Através desta proposição, queremos prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a toda a população honesta e trabalhadora de Candói, que continua dando sua parcela de contribuição para o completo desenvolvimento de seu município.

#### REQUERIMENTO Nº 2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Luiziana pelo transcurso, no próximo dia 19 de setembro/06.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Cláudio Pol, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Mauro Alberto Slongo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população de Luiziana.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 25 de setembro do corrente ano toda a população do município de Luiziana estará comemorando orgulhosamente a passagem do 19º aniversário do município.

Pela Lei Estadual nº 5.162, de 21 de julho de 1965, o Patrimônio de Luiziana foi elevado à categoria de Distrito Administrativo. Nesta época o metro quadrado de suas terras conheceram supervalorização, e quem não se

interessava por vendê-las, arrendava-as aos muitos produtores de soja, que brotavam no lugar feito minhoca em terra fofa.

Pela Lei Estadual nº 8.549, de 25 de setembro de 1987, foi criado o município de Luiziana, com território desmembrado do município de Campo Mourão. A instalação deu-se a 1º de janeiro de 1989, quando foi empossado o primeiro Prefeito eleito, Sr. Nelson José Tureck, sendo o vice o Sr. Santo Monegat.

Nesta ocasião também foi instalada a Primeira Câmara Municipal, composta pelos seguintes Vereadores: José de Faria, Evaldo Dammski, Genésio Henrique, Antônio Abrahão dos Santos, Adhemar Diniz Medeiros, Aparecido José Marinho, José Roberto Salvadori, Sebastião Evangelista Bezerra e Acelino Cunha.

Na significativa data da comemoração do 19º aniversário da emancipação política de Luiziana, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, parabeniza toda a população que vem colaborando para o constante progresso do município.

#### REQUERIMENTO Nº 2010

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa envio de votos de congratulações à primeira policial militar feminina a ocupar a função de comandante de Batalhão no Sul do País, Ten. Cel. Rita Aparecida de Oliveira.

Requer ainda, envio de cópia a Cel Rita Aparecida de Oliveira, através de correspondência a ser enviada à sede do 12º Batalhão de Polícia Militar, sito a Rua Curupaitis, 1132, Santa Quitéria; CEP: 80.310-180-Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 2012

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Exmo. Sr. Cel. QOPM Nemésio Xavier de França Filho, ao Comandante do Policiamento da Capital, Exmo. Sr. Cel. QOPM Avelino José Novakoski, e à Tenente Coronel QOPM Rita Aparecida de Oliveira, em razão da nomeação da primeira policial militar feminina a ocupar a função de Comandante de Batalhão no Sul do País.

A Tenente Coronel Rita será, a partir desta data, a Comandante do 12º Batalhão de Polícia Militar, situado em Curitiba, na Rua Curupaitis, no Bairro Santa Quitéria.

É uma honra de ver mulheres valorosas e lutadoras galgarem postos de destaque, conquistados a custa de dedicação e muito trabalho.

Esta Assembléia Legislativa não poderia deixar de cumprimentar a Polícia Militar do Paraná que oferece condições de destaque para as mulheres paranaense.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Luiz Carlos Lopes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Licinio Barbosa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Silvio Vieira Zagabria.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Genésio Jesus

de Almeida. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2023

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Jorge Luiz Pereira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Silvano Cândido da Silva. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antônio Harace-mko. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2026

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Ben-Hur de Paiva Pinheiro.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, pelo falecimento aos 60 anos do Sr. Aparecido Marcos Miranda (Cidão), jornalista e radialista, comunicador da Rádio Astorga, onde por muitos anos fez o Programa Tribuna Livre.

Aos familiares as condolências desta Casa.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado da Administração solicitando informações por que a pensionista Euridece Camargo de Mello, recebe mensalmente um valor inferior ao salário mínimo.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Ângelo Vanhoni que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a convocação antecipada de professores habilitados para as disciplinas de Filosofia e Sociologia assim que findar o processo eleitoral e como dispõe a legislação em vigor.

As disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio foram regulamentadas pelo Conselho Nacional de Educação e pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (por projeto de lei de nossa iniciativa, já sancionado pelo Sr. Governador). Isto implica na contratação de educadores habilitados para estas funções. Este não será problema para o Governo do Paraná porque ainda está em vigor a lista de concursados para estas disciplinas. A contratação de professores, quando realizada tardiamente trás uma série de transtornos. Por isso, solicitamos a SEED que proceda a convocação dos docentes habilitados para as disciplinas de Filosofia e Sociologia assim que findar o processo eleitoral e como dispõe a legislação em vigor.

A contratação de professores, quando realizada tardiamente produz uma série de transtornos. Para as

escolas, muitas vezes, iniciam o período letivo sem a indicação de professores, obrigando-se a mudar as grades horárias e acarretando transtornos tanto para os gestores como para os educandos. A definição de educadores após o início do período letivo impede os novos professores de participar das reuniões pedagógicas e processos de planejamento que antecedem o retorno das aulas.

Para os educadores concursados há ainda outros transtornos pois ficam em elevado grau de ansiedade, posto que a convocação em concurso público implica em renúncia de outras atividades profissionais, além de alteração de rendimentos familiares e ritmos domésticos.

Requer outrossim que após a decisão desta Casa, sejam comunicados: a APP-Sindicato (Pça. Osório s/n, 14 andar, Curitiba-PR); Professor Geraldo Balduino (A/C da Coordenação do Curso de Filosofia da UFPR, Rua General Carneiro, 360, Curitiba-PR).

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando informações quanto ao Processo nº 8.992.712-9, protocolado no Estado em 03/08/05, conforme segue documento em anexo.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2018

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Procurador Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando informações em relação à denúncia em anexo, a qual solicita a revisão das provas do concurso para o Curso de Formação de Sargentos da Polícia Militar do Paraná, a fim de que sejam investigadas e apuradas as irregularidades que possivelmente tenham ocorrido.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) BARBOSA NETO

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 438/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação da Melhor Idade Coração de Pontal - AMICORPON - Balneário Shangri-lá, com sede no

município de Pontal do Paraná - PR., e foro no município de Matinhos-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) WALDIR LEITE

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação da melhor Idade Coração de Pontal - Balneário Shangri-lá - AMICORPON uma sociedade civil sem finalidade lucrativa, política partidária ou religiosa, tendo a finalidade de promover a integração das pessoas com 50 (cinquenta) anos ou mais, junto à comunidade, promover o lazer e a confraternização e o intercâmbio da associação com outros grupos e entidades afins, promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade de Pontal do Paraná, possibilitando desta forma, melhorar a qualidade de vida de seus associados.

PROJETO DE LEI Nº 439/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Pirapó Maria Aparecida Antônio Severino, com sede e foro no Município de Apucarana - Distrito de Pirapó - Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) MILTINHO PUPIO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Pirapó Maria Aparecida Antônio Severino, tem por finalidade atender e representar a comunidade deste grandioso distrito, que conta hoje com algo em torno de 6.000 (seis mil) moradores, junto ao Poder Executivo e Legislativo do município de Apucarana, bem como é responsável pela distribuição do Programa do Leite do Governo do Estado junto à sua comunidade.

É notório que esse distrito comporta mais pessoas que muitos municípios de nosso Estado e necessita de muita ajuda para poder progredir, mesmo que independente dos recursos disponibilizados pela prefeitura que tem árdua missão de atenderem os seus mais de 110 mil (cento e dez mil) habitantes, e esta associação vem só colaborar com este crescente progresso do município de Apucarana, que é hoje um dos mais bem estruturados e em pleno desenvolvimento do Estado do Paraná.

Pelo exposto, espero pode contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 440/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O artigo 236 da Lei nº 6.174 de 20 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 236. A funcionária é concedida Licença à Gestante, mediante inspeção médica, por 06 (seis) meses, isto é, 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.*

*§ 1º Salvo prescrição por médico oficial em contrário, a Licença será concedida a partir do 8º (oitavo) mês de gestação.*

*§ 2º No caso de nascimento prematuro da criança, a licença tem início no dia do parto.*

*§ 3º A funcionária gestante, quando em serviço de natureza braçal, terá direito a ser aproveitada em função compatível com o seu estado, a contar do 5º (quinto) mês de gestação, sem prejuízo do direito à Licença.*

*§ 4º Também é concedida a Licença PA Funcionária adotante de Criança ou Adolescente, que poderá ser requerida a partir do trânsito em julgado da sentença de adoção ou da autorização judicial de guarda para fins de adoção.*

*Art. 236-A. A funcionária, em caso de natimorto, tem direito ao repouso de 30 (trinta) dias, com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.*

*Art. 236-B. A funcionária, no caso de aborto atestado por médico oficial, incluído o realizado com autorização judicial, nas formas expressas no Código Penal Brasileiro, tem direito a 30 (trinta) dias de repouso, com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.*

*Art. 236-C. A funcionária durante a Licença à Gestão não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a Criança/Adolescente não poderá ser mantida em creche ou organização similar.*

*Parágrafo Único. Em caso de descumprimento do disposto neste artigo, a funcionária perde o direito da respectiva remuneração, pelo tempo que o mesmo foi descumprido.*

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 4.003 de 07/12/04.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e, surtindo seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2007.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

I - O projeto tem por objetivo aumentar de 04 (quatro) para 06 (seis) meses a Licença à Gestação da funcio-

nária pública estadual, sem prejuízo de seus vencimentos ou remuneração e demais vantagens legais.

II - Já o objetivo social e humanitário é fortalecer e aumentar o vínculo afetivo entre as mulheres e seus bebês, como forma de prevenir problemas maiores de saúde e de condutas irregulares na vida futura.

III - A maternidade inspirou o legislador que, cumprindo seu dever social, sentiu a necessidade de proteger o trabalho dessa alma divina, auxiliando-a a cumprir a mais sublime e a mais nobre das missões e que hoje, mais do que nunca, é também chamada ao trabalho profissional fora do lar.

IV - É por esse motivo que ela deve ser protegida deve ter a proteção especial pois, uma vez mulher, é fisiologicamente diferente do homem, e, uma vez mãe, é socialmente relevante a sua defesa em razão da família.

V - Com efeito, o legislador constituinte nacional estabeleceu às diretrizes da proteção especialíssima, garantindo no artigo 7º, XVIII da Constituição Federal: *licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.*

VI - Já a CLT, artigos 391 e seguintes, sob o título *Da proteção à maternidade*, esmerando-se na defesa da integridade orgânica e moral da empregada gestante, bem como da licença à gestante pela ocorrência do nascimento do novo cidadão brasileiro.

VII - Ocorrendo o nascimento com vida e esgotado o período de afastamento legal gestante que é de 120 dias, reassumindo sua condição de trabalhadora, procura a lei dar proteção e assistência ao recém-nascido: amamentação e locais destinados à guarda do filho durante tal período.

VIII - Assim estatui o artigo 396 da CLT: *para amamentar o(a) próprio(a) filho(a), até que este complete 06 (seis) meses de idade, a mulher terá direito durante a jornada de trabalho, a 02 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um. Parágrafo único: Quando o exigir a saúde do filho, o período de 06 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.* Tal dispositivo está em consonância com a Convenção da OIT, dos idos de 1.916.

IX - É a amamentação um ato de doação sublime e um momento mágico para a mãe e para o recém-nascido, significando muito mais que apenas a satisfação do seio necessidade física imediata. Reencontra, o recém-nascido, no aconchego do seio materno, a paz e a tranquilidade a que estava acostumado na vida intra-uterina.

X - Não há um prazo rígido para o desmame, mas alguns pediatras aconselham mesmo que a amamentação ao seio prossiga, quando possível, até os 8 ou 9 meses, tempo este que poderá ser maior ou menor, de acordo com as circunstâncias de cada caso.

XI - Neste sentido, a Sociedade Brasileira de Pediatria, recomenda o aumento do tempo de Licença à Gestante, de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias.

XII - O Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Dioclécio Campos Júnior, uma das maiores autoridades no assunto, apresenta 10 (dez) razões para o aumento da Licença maternidade.

01. O trabalho da mulher fora de domicílio - realidade dos tempos modernos - é uma das causas mais importantes de desmame precoce. As razões mais diretamente implicadas são:

a) Ansiedade materna provocada pelo medo de perder o emprego;

b) Desencontro entre a duração da licença maternidade 04 (quatro) meses e a duração recomendada para o aleitamento materno exclusivo 06 (seis) meses.

02. Vencida a licença maternidade de 04 (quatro) meses, a amamentação começa a ser prejudicada pelos seguintes motivos:

a) A culpa gerada na consciência materna por estar negando o seio à criança;

b) A ordenha e conservação do leite materno para ser usado na ausência da mãe causam transtornos práticos de difícil superação.

03. Muitas mães não conseguem amamentar porque vivem a ansiedade da perda do emprego já durante a gestação, e desenvolvem conflito incontornável porque sabem da importância do aleitamento materno e gostariam de amamentar seu filho.

04. Até o 6º (sexto) mês de vida, a criança só reconhece a identidade de quem lhe presta os cuidados essenciais em grau de intimidade e constância. Esta condição evolutiva é indispensável para formar o vínculo afetivo desejável entre a mãe e a criança. Fora desse período, o vínculo não se constrói adequadamente porque o lactente só reconhecerá identidades sem referencial forte, requisito para a sensação de segurança que gera equilíbrio e estabilidade emocionais.

05. Embora o aleitamento materno seja o mecanismo natural para propiciar o vínculo afetivo perfeito, as mulheres que não conseguem amamentar podem e devem igualmente desenvolvê-lo mediante a centralização, em sua pessoa, dos cuidados dispensados ao filho nos primeiros seis meses de vida.

06. O vínculo afetivo forte é requisito para o desenvolvimento neuro-psico-motor normal no primeiro ano de vida, coluna-mestra da edificação da personalidade do indivíduo, de sua vida intelectual futura, da harmonia de suas emoções, da interação com o outro, no plano individual, e do espírito solidário e generoso no plano coletivo. É, conseqüentemente, fator de inquestionável relevância para o aprimoramento das relações sociais em que se fundamenta uma sociedade saudável.

07. Insustituível é o afeto materno, não o leite humano. Por isso, todas as mães devem dispor de tempo, recursos materiais, tranquilidade e segurança para cuidarem de seus filhos, particularmente nos seis primeiros meses de vida, período em que o vínculo afetivo deve se fazer.

08. Afeto materno exclusivo nos seus primeiros meses de vida.

09. Creche não permite criação de vínculo afetivo forte no período em que deve ser desenvolvido a partir de uma referência afetiva única, regular, na plenitude do contato físico e da troca de estímulo sensoriais insubstituíveis nos seus primeiros meses de vida.

10. A licença-maternidade não deve ser entendida como período de repouso para a mulher que deu à luz o seu filho. O objetivo desta medida é muito mais amplo e nobre. Inicia o futuro cidadão na prática afetiva que definirá seu comportamento social. Daí que o vínculo é um direito inalienável da mãe e da criança, que só pode ser alcançado mediante a licença maternidade de seis meses, com garantia absoluta do emprego e do salário da trabalhadora que se torna mãe.

XIII. O primeiro município do Brasil a aumentar esse tempo, foi Beberibe no Estado do Ceará, onde o prefeito e médico, Marcos de Queiroz Ferreira, cansado com a luta que mantinha intimamente, preferiu ser fiel ao seu compromisso maior.

XIV. O médico não mais suportando a cantilena de campanhas em prol da criança, da mãe, da saúde da família, decretou algo inexistente no país: funcionária do município passa a ter direito a 6 (seis) meses de licença gestante, ao contrário de lei brasileira, de somente 120 dias.

XV. O prefeito e médico ao tornar os motivos de sua decisão assim disse: “Como médico, defendo o aleitamento durante 6 (seis) meses. Isto é, uma criança deve ser amamentada pela mãe durante seis meses. Como poderia isto acontecer, quando a lei só dá à mãe 4 (quatro) meses? Como seria alimentada esta criança, nos dois últimos meses?”

XVI. A tese defendida pelo médico, é uma campanha da Sociedade Brasileira de Pediatria, da Frente Parlamentar da Criança e a OAB, apoiada pela Associação Brasileira de Pediatria, e é reivindicação de milhões de trabalhadoras brasileiras.

XVII. Hoje, agosto/2006, essa idéia já é lei em muitos estados e municípios brasileiros, conforme lista em anexo da Sociedade Brasileira de Pediatria, ou consulta na página [www.sbp.com.br/](http://www.sbp.com.br/).

XVIII. Um dos avanços sociais de maior significado para a evolução da sociedade humana no século XX é a formulação dos direitos básicos da criança e do adolescente, que surge como reconhecimento da complexa especificidade do ser humano no período de vida marcado pelos fenômenos de crescimento e desenvolvimento.

XIX. Na esteira dessa grandiosa conquista, o estado brasileiro tornou-se signatário das decisões oriundas da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (ECA), acolhendo, como consequência, o artigo 1º do ECA, o princípio da Proteção Integral, do qual decorre a elevação de crianças e adolescentes brasileiros à condição de sujeitos de direitos.

XX. O êxito do crescimento e desenvolvimento da criança, desde a vida intra-uterina, depende de numerosos fatores do meio ambiente em que se passa sua existência, mas, fundamentalmente, da criação de vínculo afetivo adequado com a mãe, o pai e demais membros do grupo social da família que o acolhe.

XXI. Os laços fortes desse apego mãe-filho, filho-mãe, mãe-filho-pai-família construído no primeiro ano de vida, e particularmente nos seis primeiros meses, são indispensáveis ao surgimento da criança sadia, do adolescente saudável e do adulto solidário - emocionalmente equilibrados -, alicerces seguros de uma sociedade pacífica, justa e produtiva.

XXII. O processo biológico natural, ideal, embora não único, para a construção dessa ligação afetiva que se faz no primeiro ano de vida é o aleitamento materno. A amamentação não se presta apenas a prover nutrição ao lactente, mas permite o contato físico com a mãe, a identificação recíproca entre mãe e filho, bem como o despertar de respostas a estímulos sensoriais e emocionais, compartilhadas num continuum bio-psicológico, que se configura como unidade afetiva incomparável.

XXIII. É por tudo isso, que por proposta Brasileira, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o aleitamento materno exclusivo durante os 06 (seis) primeiros meses de vida.

XXIV. Ao defender o aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida, o Brasil revelou sensibilidade diante de uma exigência crucial para a alimentação saudável no primeiro ano de vida. Contribuiu, também, para reforçar a definição da duração mínima desejável da licença-maternidade capaz de assegurar a excelência dos fenômenos decisivos que se passam no primeiro ano, dos quais depende a saúde do cidadão e, como consequência, o bem-estar de toda a sociedade.

XXV. É, pois, inadiável, a formulação de mecanismo jurídico que torne possível a prorrogação, por (dois) meses, da licença-maternidade de quatro meses determinada constitucionalmente.

XXVI. A nível nacional, no Congresso Nacional tramita o Projeto de Lei nº 281/05, que aumenta esse prazo, sem trazer prejuízos aos direitos adquiridos e sem custos adicionais para as empresas. Só assim será possível corrigir, em consonância com o que outros países já fizeram, o desencontro entre o que a Constituição Federal preceitua, o que a evidência científica recomenda e o Poder Público tem procurado implementar com a adoção de estratégias que visam estimular o aleitamento materno exclusivo por seis meses.

XXVII. Já temos no Brasil, projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, quando já não foram transformados em Leis, referente ao mesmo objeto desta proposição.

XXVIII. Espera-se o Apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.



PROJETO DE LEI Nº 441/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 236-D da Lei nº 6.174 de 20 de novembro de 1970, que possui a seguinte redação:

*Art. 236-D. O Funcionário Público possui direito a Licença-Paternidade de 15 (quinze) dias, mediante comprovação de documento médico competente, com percepção do vencimento ou remuneração e demais, vantagens legais.*

*§ 1º A Licença, em caso de nascimento prematuro ou não da Criança, começa a vigorar no dia do parto.*

*§ 2º Também é concedida a Licença ao Funcionário adotante de Criança ou Adolescente, que pode ser requerida a partir do trânsito em julgado da sentença de adoção ou da autorização judicial de guarda para fins de adoção.*

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e, surtindo seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2007.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

01 - O projeto tem por objetivo legal aumentar de 05 (cinco) para 15 (quinze) a Licença-Paternidade ao funcionário público estadual, sem prejuízo de seus vencimentos ou remuneração e demais vantagens legais.

02 - Já o objetivo social é humanitário, pois fortalece e aumenta o vínculo afetivo entre os pais e seus bebês, como forma de prevenir problemas maiores de saúde e de condutas irregulares na vida futura.

03. O aumento do tempo de convivência com o recém nascido, ou mesmo, com o filho(a) adotado(a), traz inúmeros benefícios familiares, pois é um período sensível e delicado para os membros familiares envolvidos.

04. A Licença à Gestante está protegida na Constituição Federal, como proteção especialíssima à maternidade, artigo 7º, XVIII: *licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.*

05. A Licença-Paternidade está expressa também na Constituição Federal, artigo 7º, XIX: *Licença-Paternidade, nos termos fixados em lei.* Entretanto, como a lei ainda não existe, permanece o indicativo do ADCT = Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no artigo 10, parágrafo 1º, *Até que a lei venha a disciplinar o disposto no artigo 7º, XIX, da Constituição, o prazo de Licença-Paternidade a que se refere o inciso é de 05 (cinco) dias.*

06. Hoje, em agosto/06, o Estado do Amapá já possui projeto de lei tramitando para aumentar o período da Licença-Paternidade e, também aumentando a Licença-Gestante de 04 (quatro) para 06 (seis) meses,

conforme lista em anexo da Sociedade Brasileira de Pediatria, ou consulta na página [www.sbp.com.br/](http://www.sbp.com.br/).

07. No Congresso Nacional tramitam 02 (dois) principais projetos: a PEC = Projetos de Emenda Constitucional nº 494/06 e o PL = Projeto de Lei nº 4.402/04, ambos aumentam a Licença-Paternidade de 05 (cinco) para 30 (trinta) dias, conforme cópia dos projetos em anexo.

08. Um dos avanços sociais de maior significado para a evolução da sociedade humana no século XX é a formulação dos direitos básicos que atingem direta e/ou indiretamente a criança e o adolescente, como forma de reconhecimento da complexa especificidade do ser humano no período de vida marcado pelos fenômenos de crescimento e desenvolvimento.

09. Na esteira dessa grandiosa conquista, o Estado Brasileiro tornou-se signatário das decisões oriundas da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (ECA), acolhendo, como consequência, o artigo 1º do ECA, o princípio da Proteção Integral, do qual decorre a elevação de crianças e adolescentes brasileiros à condição de sujeitos de direitos.

10. O êxito do crescimento e desenvolvimento da criança, desde a vida intra-uterina, depende de numerosos fatores do meio ambiente em que se passa sua existência, mas, fundamentalmente, da criação de vínculo afetivo adequado com a mãe, o pai e demais membros do grupo social da família que a acolhe.

11. Os laços fortes desse apego pai-filho, mãe-filho, filho-mãe, mãe-filho-pai-família construído no primeiro ano de vida, e particularmente nos seis primeiros meses, são indispensáveis ao surgimento da criança sadia, do adolescente saudável e do adulto solidário - emocionalmente equilibrados -, alicerces seguros de uma sociedade pacífica, justa e produtiva.

12. Já temos no Brasil, projeto de lei tramitando no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, quando já não foram transformados em leis, referente ao mesmo objeto desta proposição.

13. Propiciar 15 (quinze) dias de licença ao pai, no momento mais humano e sensível da vida familiar, é construir para que seus membros: pai e mãe, possam se auxiliar mutuamente e preparar melhor a nova face da vida conjugal e do futuro do(a) novo(a) filho(a).

14. Espera-se o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 442/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Ensino Oehninger, com sede no município de Braganey, e foro da comarca de Corbélia-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Ensino Oehninger, entidade fundada em 22 de julho de 1999, é uma associação civil, sem fins lucrativos, devidamente registrada no CNPJ nº 03.235.213/0001-90, vem realizando projeto educacional seguindo a filosofia adventista, destacado pelo colégio interno, contribuindo na construção de uma sociedade justa e humana, enaltecendo o trabalho, a família e a cidadania, envolvendo três áreas: o corpo, a mente e o espírito (sentimentos).

Através de atividades ligadas à agricultura, pecuária, metalúrgica, marcenaria, informática, culinária, entre outras, a entidade já qualificou 328 alunos entre Ensino Médio e Ensino Fundamental e 14 na Educação Profissional (Enfermagem).

Estimulado o crescimento social e cultural do indivíduo e da comunidade, integrando harmoniosamente com os serviços de defesa civil sempre que necessário, e no aperfeiçoamento profissional.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei comprova o atendimento às exigências da lei que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos aos nobres Pares o seu apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 443/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica revogado o artigo 3º, da Lei nº 13.155, de 15 de janeiro de 2001, alterada pela Lei nº 14.677, de 06 de abril de 2005.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

Apoio:

Padre Paulo Campos e Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com tal propositura revogar o artigo 3º da Lei 13.115, que possibilita a votação secreta para concessão de título de Cidadão Honorário e Benemérito.

Em projeto de Emenda Constitucional já está se discutindo esta questão.

Como se pretende extinguir a votação secreta em todas as deliberações legislativas, é importante que já se estabeleça esta condição em relação aos títulos de cidadania e benemerência.

Face o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente plano de lei.

## ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

## ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É um prazer muito grande estar aqui na tribuna, hoje, para saudar nosso grande Presidente que vai assumir o Governo do Paraná na próxima segunda-feira, ao mesmo tempo que fui convidado para ir à posse e não poderei comparecer. O meu coração está marcado pela angústia de não estar lá na posse do nosso futuro Governador Hermas Brandão. Espero que possa honrar os compromissos e conduzir o Governo do Paraná a contento para a realização e o cumprimento constitucional a que será chamado na próxima segunda-feira.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na sexta-feira à noite recebi uma ligação de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, de moradores daquela comunidade que se encontravam no hospital daquela cidade. O único hospital que atende ao SUS. O único hospital que deveria estar lá para aliviar a dor e o sofrimento do povo de Piraquara, estava com as portas fechadas ao sofrimento dos enfermos e daqueles que para lá se deslocaram em busca de um atendimento médico-hospitalar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Clínica e Hospital Piraquara dá uma resposta imediata às pessoas que estavam batendo à sua porta, e eram mais de sessenta pessoas que se acotovelavam em busca de atendimento. Só um médico no plantão, sem poder resolver o problema, que não era um problema policial, era um problema de saúde.

Não é este o caminho e não é esta a solução para os problemas que afligem a dor e o sofrimento da nossa gente. O município de Piraquara, que recebe mais de duzentos mil reais por mês do SUS, deveria se estruturar melhor para poder atender a demanda da população periférica, que vai em busca de um atendimento através do SUS. E ao contrário disso, o hospital chama a polícia, Deputado Rossoni, para resolver problemas de saúde. Isso nos deixa triste.

Isso deixa a população marginalizada ainda mais, porque quando se procura por polícia para resolver um problema de segurança, você não encontra a polícia, mas quando você procura a Saúde para resolver um problema de saúde, aí vem a polícia para conter, muitas vezes, a ira das pessoas que estão vendo os seus entes queridos morrerem, como aconteceu naquele hospital, minutos antes de a polícia ser chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto para concluir ou usar o horário da Liderança do seu bloco.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muitas das pessoas que lá estavam, ficaram ainda mais angustiadas ao ver tal situação, porque uma pessoa acabou de morrer no pronto atendimento do hospital, sem atendimento.

Então, isso realmente entristece a todos nós e, certamente, o Prefeito de Piraquara terá que tomar algumas providências, porque não é possível, duzentos mil reais por mês ou mais até do que isso.

Vamos fazer um pedido de informação aqui na Casa, para sabermos exatamente o valor. A Secretaria da Saúde tem o dever de fazer a fiscalização da aplicação dessa verba e também vamos requerer para que ela possa nos informar qual o critério que está sendo adotado na distribuição dessa verba para Piraquara, uma vez que não se atende ninguém no hospital!

Portanto, Sr. Presidente, deixamos aqui o nosso protesto mais uma vez. Deixamos o protesto e lamentamos aqui, pela morte de sete pessoas em uma rodovia, que foram praticamente atropeladas, morreram em uma rodovia federal, onde grande parte da fiscalização e a preocupação da fiscalização é colocar radares nas rodovias federais e nas do Estado, como se fez em São Luiz do Purunã, quando deveria realmente fazer uma fiscalização para evitar essas tragédias.

Portanto, Sr. Presidente, poderia se evitar tantas tragédias como essas, se houvesse uma conscientização maior por parte dos policiais rodoviários e por parte daqueles que dirigem esse sistema que entendemos estar aí, não a serviço da segurança do usuário, mas a serviço de determinados grupos e de determinados interesses escusos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A seguir, Deputada Elza Correia.

***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, senhoras companheiras e senhores companheiros, imprensa, visitantes. Quero falar sobre duas questões.

Hoje fizemos uma reunião da Comissão que analisou uma PEC, uma Emenda Constituição Estadual com relação à questão do voto aberto, um projeto do Deputado Nelson Justus que presidiu essa Comissão, o Deputado Plauto Miró e esta Deputada fez a relatoria do projeto. Evidentemente que fizemos um relatório a favor do voto aberto, porque entendemos que se estamos aqui, todos nós, os 54 Deputados, estamos através de uma procuração que nos foi conferida pela população do Estado do Paraná, que nos elegeu para estarmos aqui. Portanto,

somos interlocutores, representantes da população do Norte do Estado do Paraná e como tal, temos que, ao realizar nossas ações nesta Casa, emitirmos nossas opiniões e defendermos nossas posições. É preciso que todos aqueles doze milhões de paranaenses que nos trouxeram para esta Casa, tenham a condição de acompanhar nossas ações e atividades. E o voto secreto, na minha avaliação, limita esta visibilidade.

Portanto, todos da Comissão - participam também os Deputados Barbosa Neto, Padre Paulo - fizemos o parecer favorável e na nossa Comissão foi aprovado o voto aberto. Espero, sinceramente, que o Plenário referende esta posição, porque mais do que nunca, no nosso país, é preciso que as nossas posições sejam explicitadas, abertas, de forma clara, objetiva, transparente, para que a população possa acompanhar nossas posições nesta Casa.

Portanto, temos certeza absoluta de que aqui haveremos, também, de no Plenário ter sucesso em relação a este projeto, que já não era sem tempo, mais que na hora da Assembléia Legislativa acabar com o voto secreto nas suas Sessões.

Outra questão que me dá bastante satisfação é que participamos hoje pela manhã, no 12º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, da posse da primeira policial militar feminina que ocupa neste momento, o cargo de Policial Comandante. Ela vai comandar o 12º Batalhão, que abrange 35 bairros da região central de Curitiba. Foi uma cerimônia muito bonita, com a presença do Governador, do Vice-Governador, de Vereadores, de várias autoridades. E agora, na parede daquele Batalhão, aonde só ostentavam fotografias de comandantes homens, pela primeira vez na história do Estado do Paraná, aliás, pela primeira vez na história do Sul do país, que é a primeira comandante do Sul do país que ocupa este cargo, sendo uma mulher.

Então, hoje, o movimento de mulheres do Brasil tem o que comemorar. Mais uma vitória que conseguimos. E aqui nesta Casa temos sido defensora incondicional da participação e ampliação das mulheres em todos os setores da sociedade. Evidentemente que também na Polícia Militar.

Portanto, nossa companheira, é Tenente-Coronel, esperamos que ela ainda consiga chegar a ser a primeira Coronel aqui no Estado do Paraná, a Rita Aparecida. Hoje, foi homenageada pelo movimento de mulheres, pelo movimento político de Curitiba. Pode não parecer nada, mas para nós é uma grande conquista, companheiros, ver a primeira comandante mulher. É com muito orgulho que o movimento de mulheres recebe. E evidentemente, também, entendemos que a participação de uma mulher no comando da Polícia Militar propicia o equilíbrio nas relações entre homens e mulheres. E quem ganha com isto somos todos nós.

Será um momento muito importante na Polícia Militar e tenho certeza absoluta que a Tenente-Coronel Rita Aparecida de Oliveira será uma grande Comandante desse Batalhão, que abrange tantos bairros, numa região

bastante difícil e complicada, como são aqueles 35 bairros daquela região.

Portanto, queria que constasse nos Anais desta Casa mais este passo, mais um degrau que conseguimos subir na escada da luta de oportunidade e igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Padre Paulo.

### ***Deputado Padre Paulo Campos (PT)***

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho para deixar registrado nos Anais deste Parlamento o profundo pesar pela ocorrência da morte de Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Ele que esteve muitos anos trabalhando em São Paulo, trabalhando por todo nosso país, eu que o visitei há poucos meses em Minas Gerais, a pequena, significativa e simbólica Mariana. Esse homem de Deus que tanto trabalho prestou à humanidade como cidadão, como Padre da Congregação dos Jesuítas e como Bispo, Arcebispo e finalmente Cardeal.

Dom Luciano tinha 75 anos, morreu nesse domingo último por falência múltipla dos órgãos na Catedral da Sé de São Paulo. Ele estava internado no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, desde o dia 17 de julho, para tratar de um câncer no fígado, quando foi transferido para a UTI, onde permaneceu em estado grave, sedado e respirando com ajuda de aparelhos.

O Arcebispo presidiu a CNBB de 1987 a 1994, tendo sido também Secretário Geral de 1979 a 1987. Foi Vice-Presidente do Celam - Conselho Episcopal Latino-Americano desde 1995 a 1998.

Dom Luciano escrevia uma coluna publicada aos sábados na Folha de São Paulo. Natural do Rio de Janeiro, entrou para a Ordem Religiosa de Santo Inácio (dos jesuítas) e doutorou-se em Filosofia em 1965. Foi sagrado Bispo em maio de 1976 e trabalhou na Arquidiocese de São Paulo deste ano até 1988.

Na Arquidiocese de São Paulo auxiliou Dom Evaristo Arns e organizou abrigos para menores abandonados. Em Minas Gerais não interrompeu seu trabalho social e dedicou seus últimos anos a percorrer hospitais para socorrer os necessitados.

(Lê):

“A CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em nota e através de seu Presidente, o Cardeal Geraldo Magella Agnelo, Arcebispo de São Salvador da Bahia, lamenta a morte do Arcebispo de Mariana, Dom Luciano de Almeida.

Na nota diz que *seu dinamismo, inteligência privilegiada, dedicação incansável e testemunho de amor à*

*igreja deixaram marcas profundas na Conferência Episcopal e na Igreja no Brasil.*

*E ainda, que seu amor aos pobres o fez servidor e amigo dos pobres e defensor zeloso de suas causas. Sua vida de oração e o testemunho de amor a Deus e ao próximo ajudaram muitas pessoas e se aproximarem de Deus”.*

Aproveitando o momento e, por último, gostaria de também deixar registrado que hoje, dia 28.08.06, está se encerrando a Semana Nacional do Excepcional, promovido pelas Federações das APAE's dos Estados Brasileiros, que possui como lema: *Acessibilidade, um caminho para a inclusão.*

A realização da semana é dos eventos que fazem parte da Campanha da Fraternidade de 2006, que possui como tema: *Fraternidade, Pessoas com Deficiência* e como lema: *Levanta-te, vem para o meio!*

Sou em Cristo.

Obrigado e boa-tarde.”

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Horário das Lideranças: Bloco PP/PSB.

Deputado José Domingos Scarpellini, V. Exa. já usou três minutos no outro horário. Tem mais sete minutos.

### ***Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início do nosso mandato, havíamos feito um alerta sobre a ponte do Rio Capivari, que a ponte estava prestes a ruir e, vinte dias depois do comunicado ao Ministério dos Transportes e da DNIT, a ponte caiu sem que nenhuma providência tivesse sido tomada. Demonstra isso, claramente, o descaso que tem o serviço de conservação do DNIT para com as estradas e para com o povo brasileiro. Isto é uma política adotada, me parece, já para poder justificar o pedagiamento das rodovias. Vão se abandonando as rodovias e vão se anunciando a necessidade de se criar alternativas, que sempre recaem no bolso do povo brasileiro, que sempre custam caro ao nosso povo. Então, se faz o pedagiamento das rodovias, diminui-se o gasto com a malha rodoviária, mas não se reduz a cobrança com os impostos arrecadados. Mas, especificamente, o caso da ponte do Capivari, cento e poucos metros de ponte caída, que terminou custando uma verdadeira fortuna ao erário brasileiro.

Primeiro, para reconstruir aquele pedaço de ponte caída, pagou-se uma fortuna para fazer a remoção e, o que era para demorar 120 dias, terminou demorando quase quatorze meses para a conclusão da obra. Obra que

tinha sido anunciada que no máximo em 120 dias seria concluída, demorou quatro vezes mais. Depois foram se fazendo aditivos e os aditivos terminaram sendo maior do que o contrato inicial.

O Tribunal de Contas da União, na semana passada, glosou as contas, reprovando as contas, os cálculos e os aditivos, em mais de três milhões e meio de reais, que estavam sendo jogados pelo ralo, pelo DNIT.

Portanto, aquilo que havíamos anunciado, que a ponte, se não fosse interditada, se não fosse feita a manutenção na sua cabeceira imediatamente, iria cair. Não foi feito e a ponte caiu. O contrato que se falava em três milhões, depois ficou em quinze. Denunciamos aqui também, dizendo que o contrato estava superfaturado, que era muito dinheiro para consertar um pedaço da ponte caída, e agora o Tribunal de Contas da União confirma que houve superfaturamento e que as irregularidades não permitem a aprovação daqueles pagamentos que estão sendo glosados, que não serão pagos.

Queremos que a Procuradoria da República aqui no Paraná tome as providências no sentido de denunciar os responsáveis por esse superfaturamento, porque cada obra superfaturada é uma obra cara, é uma obra que deixa de ser realizada e aquele dinheiro que deixa de ser economizado poderia ser gasto em outras obras.

Aí o que nós vemos? Um acidente na rodovia que mata sete pessoas. Com certeza, por falta de melhor sinalização, de melhor fiscalização, de trazermos equipamentos necessários para coibir os abusos que, muitas vezes, são praticados pelos motoristas que, no desespero para pagar a prestação do caminhão, do juro alto que se cobra neste país de quem trabalha e produz, vivem nessas rodovias usando “rebite” para poder andar vinte, 24 horas direto em uma rodovia, terminando com a vida das pessoas que, muitas vezes, saem inocentemente para passear.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia deixar de falar dessa tragédia que ceifou a vida de sete pessoas e cobrar das nossas autoridades, em nível federal e estadual, campanhas de conscientização e de fiscalização.

Temos o Detran do Paraná, que deve ter mais de 250 milhões de reais em caixa, que está distribuindo dinheiro para as prefeituras, repassando dinheiro para ficar pintando, muitas vezes, faixas de pedestre, meio-fio, colocando sinaleiros em lugar que não tem nem carro para justificar a saída de dinheiro e justificar os convênios realizados com os objetivos políticos.

Não vemos a estrutura da máquina administrativa na educação, através dos meios de comunicação. Vemos muito dinheiro gasto na Secretaria da Comunicação e nos órgãos de Governo, mas sem informar claramente o objetivo que se quer alcançar.

Então, é necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as campanhas educativas do Detran e a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado recaiam sobre esses convênios.

No interior do Paraná, em alguns municípios, num convênio feito com o Ministério do Turismo, existem placas no meio da quicença dizendo que é trilha ecológica, em lugar que não tem nada a ver com o gasto que foi feito com as placas.

Lá na minha cidade de Apucarana, colocaram placas do convênio com o Ministério do Turismo, placas dentro do pasto. Boi não lê, vaca não lê, placas indicando coisas que não existem efetivamente, mas, para justificar o gasto foram colocadas.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eram essas as nossas considerações e vamos continuar cobrando deste Governo, do Governo do Estado, do Governo Federal, providências. E hoje, convidamos o povo para assistir o grande debate na TV Bandeirantes, onde vamos esperar que o Governador Roberto Requião possa nos dar uma explicação sobre aquele compromisso que ele tinha de baixar ou acabar com o pedágio no Paraná. Hoje é o primeiro debate dos candidatos a Governador. Ele vai poder explicar por que o pedágio não baixou, não acabou e subiu tanto aqui no Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Scarpeolini falou do debate hoje, sou a favor que o Governador Requião compareça, tenho certeza que ele tem muitas coisas boas a mostrar para o Paraná. Tenho certeza que fará um bom debate, porque é um bom debatedor. E um bom debatedor quando tem boas obras debate melhor ainda.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna nesta tarde, é um fato que ocorreu na quinta-feira aqui na Casa, envolvendo uma estação de rádio aqui de Curitiba, que com eminência de ter achado o ovo de Colombo, fez uma reportagem querendo associar os trabalhos que a Casa do Povo aqui de Curitiba, do Deputado Carlos e Íris Simões têm com a nossa Garagem da Esperança lá de Ponta Grossa. E achei que essa colocação feita por essa estação de rádio foi colocada de uma forma não correta. Tanto é que quando soube da notícia comuniquei imediatamente a emissora, primeiro que estamos num período eleitoral e a legislação eleitoral proíbe citar o nome dos candidatos, de acordo com a legislação eleitoral. E do modo como foi feita a entrevista, acabou prejudicando a minha pessoa.

E como a lei eleitoral permite à pessoa que se sente ofendida reclamar, assim o fizemos no sábado quando protocolamos duas ações no Tribunal Regional Eleitoral, exigindo que essa emissora que colocou uma matéria que nada tem a ver conosco, do nosso ponto de vista não cor-

reto. Somos a favor da imprensa livre, pois fazemos parte da imprensa. Mas, entendemos que a imprensa deve ser justa. Livre sempre, mas justa, não apenas querer colocar uma matéria que às vezes não é o correto.

Não temos nenhuma ligação com a Casa do Povo. A nossa única ligação é partidária, somos do mesmo partido e temos uma grande amizade. Fora disso, já tivemos algumas confusões no Parlamento, que é normal, mas sempre tivemos uma boa amizade. E a Instituição Garagem da Esperança que faço parte em Ponta Grossa, é uma instituição que há mais de dez anos atende a população dos Campos Gerais e a população do Paraná, que por lá passa, fazendo um trabalho social bonito, sem perguntar de onde vem a pessoa, qual a sua origem, se tem título de eleitor ou não. Tanto o é, que na Garagem da Esperança não existe nenhum tipo de controle, da doação que é efetuada à pessoa. Apenas da pessoa que nos doa e que quando fizemos um pedido, repassamos a outras pessoas. Isso é feito há mais de dez anos. É um trabalho bonito e que qualifico de grande interesse social às pessoas mais humildes do Paraná.

As pessoas podem discutir política e me chamarem de mau Deputado, quando quiserem - alguns membros da imprensa, que é um direito que lhes cabe, do ponto de vista de cada um - mas quando mexem com a Garagem da Esperança, mexem automaticamente comigo, porque ela é como um filho meu, há muitos anos estou lá trabalhando todos os dias. Não trabalho só em época de eleição, fazemos um trabalho social o tempo inteiro.

A minha vida de radialista é de 24 anos. Desses, no rádio, pelo menos vinte anos são de trabalho social pelas pessoas e metade desses vinte anos nunca fui político, apenas um radialista, que depois se tornou político.

Queria fazer este esclarecimento e quero dizer que aqui na Assembléia Legislativa o meu gabinete não faz nenhum tipo de trabalho social. Apenas quando alguém procura, é encaminhado para a instituição e esta, de acordo com as possibilidades e as doações que recebe, realiza ou não as doações e os pedidos daquelas pessoas. Jamais usaria a Assembléia para qualquer tipo de trabalho, porque não preciso.

A minha campanha está sendo feita lá em Ponta Grossa, sem absolutamente nada, só com santinho e adesivo, não tem placa, não tem nada, tem só a responsabilidade de ter um trabalho prestado à Região dos Campos Gerais, como Deputado, como determina a lei, trabalhando, trazendo recursos para a cidade e para a região.

Só nos entristece quando o jornalismo deixa de ser liberal e passa a ser injusto. Isso faz mal para a democracia. Quero mais uma vez dizer, aqui, que de todas as vezes que as pessoas quiserem fazer maldade ou alguma coisa política, que façam contra o Deputado Jocelito e não contra uma instituição que tem ajudado tantas pessoas e que nunca perguntou para aquela pessoa, se ela tem um título de eleitor, mora na cidade ou mora em qualquer cidade. Temos vários exemplos e para mim é um patrimônio de respeito às pessoas, todos os dias. Faço

isso com carinho e respeito pelas pessoas, porque quem já passou por muitas dificuldades na vida, quando sobre de posição, tem que ter o devido respeito por essas pessoas. É para e por elas que venho neste Parlamento, mandado pelas pessoas mais humildes, as mais simples, que me mandam assentar nesta Casa, para defender os seus interesses. É isso que faço com muito carinho e com muito respeito.

Por isso, quero registrar, hoje, que em momento algum, precisaríamos fazer qualquer tipo de anotações de nomes ou querer usar o gabinete dessa Assembléia para fazer qualquer trabalho social. Não temos nenhum vínculo com esse tipo de assistencialismo. A Garagem da Esperança, em Ponta Grossa, atende as pessoas o ano inteiro e não só em época de eleição.

É esse o registro que quero deixar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para preservar a imagem dessa Casa. Tenho procurado, dentro do meu gabinete, dentro dessa questão social, tratar com a maior transparência.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

PPS; PDT.

(**Declinam**)

PFL. Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Peço Pela Ordem, pedindo escusas ao orador, Deputado Elio Rusch, para fazer uma pergunta à Mesa: há um projeto subscrito por V. Exa. e outro projeto de minha autoria que dizem respeito às faltas cometidas pelos funcionários públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Irá para a pauta amanhã.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Amanhã estará em votação?

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Estará na pauta de amanhã.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## ***Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Elza.

Uso a tribuna, Sr. Presidente, com o objetivo único de narrar aquilo que aconteceu na manhã de hoje.

A Assembléia Legislativa criou uma Comissão Especial com o objetivo único e específico de averiguar a situação das fazendas invadidas no Estado do Paraná,

especialmente na Região Oeste. Na semana passada, na segunda-feira, tivemos aqui na Assembléia Legislativa a presença dos representantes das Fazendas Syngenta, Boito e Kelli. Na manhã de hoje havíamos convidado os líderes do MST e os líderes da Via Campesina, e já tínhamos, Sr. Presidente, a não presença desses líderes, razão pela qual na semana passada, com a autorização da Mesa, lançamos em edital convidando e convocando os líderes desses dois movimentos, do MST e da Via Campesina, e além de ter feito a convocação por edital na imprensa,

escrita do nosso Estado, nós também os convocamos através de ofício, via correio, via aérea e foi tudo em vão, tudo inútil.

Na manhã de hoje o Deputado José Maria Ferreira, o Deputado Barbosa Neto, o Deputado Duílio Genari e mais a nossa pessoa estávamos reunidos na Sala das Comissões esperando essas lideranças em vão, pois ninguém compareceu, ninguém veio. Acredito que o não comparecimento dos líderes do MST, Deputado Barbosa Neto, V. Exa. que é Relator, e o não comparecimento dos líderes da Via Campesina não foi só um desrespeito com a Comissão Especial, mas um desrespeito com o Poder Constituído, que é a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - é o Parlamento que não foi respeitado. E o Deputado Barbosa Neto, tenho certeza, como todos os integrantes desta CEI, haverão de, em um prazo razoável, conseguir concluir os seus trabalhos e encaminhar a quem dê direito, esperando com isso que possamos pôr um fim naquela situação grave que se encontra não só o Estado do Paraná, mas o Brasil inteiro.

Ora, se não bastasse apenas as invasões de terra com o objetivo único que eles ao menos argumentam, invadem também o Centro de Pesquisa. Já falamos desta tribuna, Deputado Alexandre Curi, que a fazenda de pesquisa no Rio Grande do Sul já foi invadida, aqui na região dos Campos Gerais, Ponta Grossa também foi invadida e ambas foram desocupadas, mas essa em Santa Tereza do Oeste, pertencente à Syngenta, até hoje não foi desocupada ainda. Além de termos convidado os líderes desse movimento, que não compareceram na manhã de hoje, convidamos também para se fazerem presentes amanhã o Secretário da Segurança Pública e o Delegado Especial que foi designado pelo Governo do Estado para acompanhar e ver *in loco* aquilo que está acontecendo nas fazendas no Oeste do Estado.

Não recebemos ainda a resposta por parte do Secretário da Segurança nem do Delegado Especial designado para esta finalidade. Esperamos que até amanhã, durante a Sessão, nós tenhamos uma posição por parte do Governo do Estado em relação ao comparecimento ou não do Secretário da Segurança Pública junto à Comissão Especial.

O que nós queremos saber e a própria sociedade também quer é a quantas anda, como está e por que o não cumprimento das decisões judiciais? Esperamos que o Governo do Estado, através da sua Secretaria da Segurança Pública, possa comparecer amanhã junto à Assem-

bléia Legislativa dando os esclarecimentos necessários que envolvem exatamente esta questão.

Seria esse o fato e aquilo que eu gostaria de transmitir a esta Assembléia para que fique registrado nos anais da Assembléia Legislativa o desrespeito por parte do MST e da Via Campesina com o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No horário do PMDB com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo.

Antes porém esta Presidência quer registrar, a pedido do Padre Paulo, a presença do Vereador Gamaliel Sampaio, de Cafezal do Sul, que nos honra com a sua visita.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esse horário da liderança do nosso partido para fazer dois comunicados à Assembléia. Um é triste, outro é extremamente auspicioso.

O comunicado triste é fazer coro à palavra do Padre Paulo sobre o falecimento de sua eminência o Cardeal Dr. Luciano Mendes de Almeida, Secretário Geral e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Vice-Presidente da Comissão latino-americana de bispos. Padre jesuíta, carioca, da estirpe do grande educador Cândido Mendes de Almeida, Dr. Luciano era atualmente arcebispo de Mariana onde está sendo sepultado esta tarde. Possam os anjos velar-lhe o sono com cânticos de glória!

Empobrece a massa crítica do Brasil a sua morte, seremos privados de seus lúcidos artigos no jornal A Folha de São Paulo, todas as semanas mas cresce o patrimônio cultural da nação brasileira com a obra desse cristão emérito, cardeal eminente, jesuíta insigne que agora passa à eternidade!

A notícia boa é que o Governador Requião está propondo a mudança da Constituição do Paraná para aplicar, anualmente, 30%, no mínimo, ficando aos municípios ainda a obrigação de aplicar 25% de toda a receita resultante de impostos compreendida e proveniente da transferência dos recursos dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Reunião agora há pouco, antes dessa Sessão, de uma comissão de Srs. Deputados me definiu como relator dessa proposta de Emenda Constitucional. Eu vejo isso como extremamente auspicioso, porque as cidades não precisam ser governadas, as cidades precisam ser educadas. E o aumento do percentual orçamentário obrigatório na Constituição para os investimentos em educação importará no orçamento de 2007 em se mantendo a arrecadação nos níveis deste ano em 17 bilhões de reais num

total de 5% de 17 bilhões de reais igual a 850 milhões de reais a mais para investimento na educação. É voz corrente que eu fui um Prefeito dedicado em Curitiba, o povo da cidade tem afirmado isso no seu carinho para com este Deputado e ex-Prefeito.

Ora, eu investi em Curitiba perto de 300 milhões de reais em obras, com todos os faróis do saber, ruas de cidadania, 1400 km de asfalto, a compra do Bairro Novo, da Moradia Santa Rita, da Gleba da Ordem, hospital do Bairro Novo. E tudo que eu investi é apenas 1/3 do que o Governador Requião está propondo se acrescente todos os anos à verba de investimento estadual na Educação. Trinta por cento das receitas líquidas do Estado para a Educação. É um parâmetro que há de tornar este Estado, que tem a melhor gente do Brasil, o Estado mais educado da Nação brasileira.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Encerrado o Horário das Lideranças passamos à Ordem do Dia.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 38 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Requeiro chamada nominal e verificação de quórum ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário Padre Paulo Campos que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

(**Faz a chamada nominal**)

Trinta e três Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Responderam à chamada, trinta e três Srs. Deputados.

Há quórum para votação.

Projeto de lei de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães e da Deputada Elza Correia, com apoio dos Deputados Padre Paulo Campos e Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2033, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para ausentar-se por 15 (quinze) dias, a partir de 29 de agosto de 2006, em função de prorrogação de tratamento médico. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2016, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Discussão / Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 410/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga as Leis nº 9302/90, que criou o município de Guaraituba; e nº 9442/90, que alterou suas divisas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 410/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam revogadas a Lei nº 9302, de 18 de junho de 1990, que criou o município de Guaraituba e a Lei nº 9442, de 16 de novembro de 1990, que alterou suas divisas.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 15.054, de 24 de abril de 2006.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator



## **1ª Discussão**

### **ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n 795/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Paz e Luz, com sede e foro no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/05, de 14/12/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 795/05

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Waldir Leite, declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Paz e Luz, com sede e foro no município de Paranaguá, Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários Professor Asad Kustandi Kardush do Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas, de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/06, de 05/06/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 314/06

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários Professor Asad Kustandi Kardush do Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas de Palmeira, Estado do Paraná, com sede e foro no município de Palmeira.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Aldeia Feliz, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 405/06

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Aldeia Feliz, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/06, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social da Igreja Evangélica Pentecostal Corpo de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 417/06

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, declara de Utilidade Pública a Assistência Social da Igreja Evangélica Pentecostal Corpo de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto,

jeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Há dois vetos aqui a serem votados. Vamos votá-los individualmente.

Os que forem favoráveis à manutenção do veto votam SIM. Os contrários, NÃO.

**Discussão Única (Proposições)**

**ITEM 06**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 043/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 683/05, de autoria do Deputado Natálio Stica, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município da Lapa, o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 104/06

Curitiba, 08 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 058/06, dessa Presidência e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 683/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista informações prestadas pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência de que não há possibilidade da mencionada cessão de uso porque o pretendido imóvel encontra-se ocupado por órgãos da administração estadual (Emater e SETP).

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Paraná

**(O Projeto de Lei nº 683/05 encontra-se publicado no DA nº 028/06, de 10/04/06, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO-VETO Nº 043/06

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 683/05, de autoria do Deputado Natálio Stica, objeto de veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município da Lapa, o imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

HERMES FONSECA - Relator

Convido o Sr. 1º Secretário Padre Paulo que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados:

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Sr. Deputado faz uma solicitação através do líder, ele entrou em entendimento com o Governador do Estado, o Governador gostaria de repensar essa Mensagem, já tem um entendimento nesse sentido. A Liderança do PMDB e do Governo podem confirmar isso. Seria uma solicitação de que fosse retirado da Ordem do Dia de hoje. Não por qualquer questão de mérito, mas por haver esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Iniciou-se o processo de votação necessita da anuência das duas Lideranças da Oposição e do Governo.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Poderíamos fazer um outro entendimento de que a Bancada derrubasse o veto. Derrubar o veto também satisfaz Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Iniciou-se o processo de votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Natálio Stica está ao telefone comigo e não vejo muita razão para manter o veto. Eu vou liberar a base do Governo, quem quiser votar na derrubada, está liberado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

**(Prossegue a chamada nominal dos Srs. Deputados)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos Deputados Neivo Beraldin, Francisco Bühner e Cida Borghetti para servirem de escrutinadores. **(É feita a escrutinação dos votos).**

Dezenove (19) Srs. Deputados.

Quinze Srs. Deputados votaram SIM.

**Está mantido o veto.**

**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 049/06, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 002/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/06, que fixa, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial, de que trata inciso V, do artigo 7º da Magna Carta da República. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 114/06

Curitiba, 12 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 125/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 002/06, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, face inexecutabilidade, conforme motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre piso, para o Estado do Paraná, nos termos da Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o parágrafo único, do artigo 3º.

A necessidade de veto ao referido parágrafo único decorre do fato de ter sido constatada desarmonia entre as disposições nele contidas, com as do *caput* do artigo 3º do qual é integrante pois, caso tal parágrafo fosse acolhido, não ensejaria as necessárias e indispensáveis condições de executabilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 002/06, encontra-se publicado no DA nº 044/06, de 09/05/06, em, Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 049/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 002/06, vetado parcialmente pelo Governador do Estado, tem por objetivo que fixa, no âmbito do Estado do Paraná, o Piso Salarial, de que trata o inciso V do artigo 7º da Carta Magna da República.

**Fundamentação**

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancioná-lo-á.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse*

*público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...)* (grifos nossos).

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RATINHO JÚNIOR - Relator

Sr. 1º Secretário, procede à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pedro Paulo Campos**)  
(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário que informe quantos Deputados votaram.

SR. 1º SECRETÁRIO (**Pedro Paulo Campos**)

Trinta Srs. Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos Deputado Nelson Garcia, Luiz Accorsi e Barbosa Neto para que façam o escrutínio dos votos.

(Escrutínio dos votos)

SR. 1º SECRETÁRIO (**Pedro Paulo Campos**)

Sr. Presidente, resultado do escrutínio:  
13 NÃO; 17 SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está mantido o veto.

**Requerimentos**

Sobre a Mesa, Requerimentos nºs 2004 e 2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2007 a 2009, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2010, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2012, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2017 a 2026, de autoria da Sra. Deputada Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2027, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2028, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2029, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2031, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2032, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2034, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2036, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2013, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 349/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 795/05; 314, 405 e 417/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 403, 404, 419 e 422/06.

Quero informar também aos Srs. Parlamentares que teremos uma Sessão Solene em comemoração dos 153 anos de Emancipação Política logo mais às 17h. A Sessão será presidida pelo Vice-Presidente Pedro Ivo.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para terça-feira, as nove horas e trinta minutos, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 403, 404, 419 e 422/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 229, 294, 330, 381, 384, 388 e 398/06.

Levanta-se a Sessão.



## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 094**

### **14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>29</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>29</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>29</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	30
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	30
Discussão / Votação:	

Redação Final .....	31
2ª Discussão .....	31
1ª Discussão .....	33
Requerimentos.....	32
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>32</b>
<b>Publicações:</b>	
Comissão Executiva	
Atos .....	32
Diretoria Geral	
Portarias.....	33
Ata de Comissão	
Redação .....	33

### **DIÁRIO Nº 094**

### **14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Padre Paulo Campos e Cleiton Kielse.

#### **Presenças:**

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José

Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (38).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica e Waldir Leite (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Solicito ao 2º Secretários, Deputado Cleiton Kielse, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

Mas antes, participo aos Srs. Parlamentares que, na próxima segunda-feira estarei transmitindo o cargo de Presidente desta Casa ao ilustre Deputado Pedro Ivo, às nove horas da manhã, na Sala da Presidência.

**O SR. 2º SECRETÁRIO (Cleiton Kielse)**

Lembrando que o Sr. Presidente estará assumindo o Governo do Estado, no mesmo horário.

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Requerimento***

REQUERIMENTO Nº 2036-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) CLEITON KIELSE

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 38 Srs. Deputados.

### ***Discussão / Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 349/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/06, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Curitiba, imóvel pertencente ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 349/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Curitiba, imóvel pertencente ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, situado nesta capital no bairro Campina do Siqueira, imóvel este encravado, sem saída para via pública, de forma retangular, medindo 40.00 metros por 28,00 metros, com área de 1.120,00 m<sup>2</sup>, objeto de Transcrição nº 56.205, do

livro 3-BB, do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca da Capital.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será doado à Prefeitura Municipal de Curitiba e deverá ser utilizado exclusivamente para funcionamento da Unidade de Saúde Campina do Siqueira, retornando, tal imóvel, ao patrimônio do Estado/Fundepar, caso haja utilização diversa da prevista.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 795/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Paz e Luz, com sede e foro no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários Professor Asad Kustandi Kardush do Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Aldeia Feliz, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/06, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social da Igreja Evangélica Pentecostal Corpo de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/06, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública o Projeto Edinilse Aquino Pimentel, com sede e foro no município de Pinhais. PARECER FAVO-

RÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 403/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública o Projeto Edinilse Aquino Pimentel, com sede e foro no município de Pinhais, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação Evangélica Gerônimo Moreira, com sede e foro no município de Laranjeira do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 404/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Gerônimo Moreira, com sede e foro no município de Laranjeira do Sul, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declarando de Utilidade Pública a Associação Coral Renascer, com sede e

foro no município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 419/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declara de Utilidade Pública a Associação Coral Renascer, com sede e foro no município de Pato Branco, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 419/06

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 419/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de Colônia Municipal e Adjacências, com sede e foro no município da Lapa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 087/06, de 15/08/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 422/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comuni-

dade de Colônia Municipal e Adjacências, com sede e foro no município da Lapa, Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, porém ao analisarmos a Lei Complementar nº 98/95 que dispõe sobre a redação e elaboração de leis verificamos que o referido projeto está em descompasso como artigo 9º que prevê:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 422/06**

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 422/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.*

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

#### **Requerimento**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 2036-A, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Conforme anunciei anteriormente, às dezessete horas, teremos uma Sessão Solene, em comemoração aos 153 anos de Emancipação Política do Paraná.

#### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

## **Publicações**

### **Comissão Executiva**

#### **Atos**

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0649/06**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4880, datado de 05 de junho de 2006, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

Conceder aposentadoria, a pedido, a TABAJARA MARTINS, matrícula nº 073 ocupante do cargo de Técnico Administrativo NTB-06, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 3º e parágrafos e artigos 8º da Emenda Constitucional nº 20/98, com vencimentos mensais e integrais correspondentes ao cargo que ocupa, conforme dispõem as Resoluções nº 007/04 e 009/05, acrescidos de gratificação inerente à Simbologia 5-F conforme artigo 140, parágrafo 3º, vigente até 20.04.1992, da Lei nº 6.174/70, e 05 adicionais de acordo com o artigo 171 e parágrafo 1º da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de aposentadoria conforme cálculos de fls. 19, da Coordenadoria de relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.07.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0651/2005**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 05924, datado de 03 de julho de 2006, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

Mandar anotar na Ficha Funcional de SANTIAGO LOSSO, matrícula nº 0622, ocupante do cargo de Consultor Legislativo NUE-1, nos termos do artigo 38 da Constituição Estadual e 208, X da Lei nº 6.174/70, o período de tempo compreendido entre 01 de julho de 2006 a 01 de outubro de 2006, em que estará afastado de suas funções para concorrer a cargo efetivo de Deputado Estadual sob nº 22.122, conforme Convenção do Partido Liberal realizada no dia 30 de junho de 2006.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.07.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0652/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6137, datado de 13 de julho de 06, deste Poder,

## R E S O L V E :

Conceder, a JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, matrícula nº 102, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ocupante do cargo de Consultor Administrativo nível NUD-03, licença especial de três (03) meses, em, virtude de não haver se afastado do exercício em suas funções durante o quinquênio, compreendido entre 31 de agosto de 2000 e 31 de agosto de 2005, nos termos do artigo 247, parágrafo único da Lei de nº 6.174/70. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0656/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 743, datado de 05 de fevereiro de 2003, deste Poder, e Parecer nº 81/50-DIJUR,TC.

## R E S O L V E :

aposentar, compulsoriamente, a partir de 11 de julho de 2002, data em que completou 70 (setenta) anos de idade, JOSÉ MARIA SCHNEIDER, matrícula nº 40.082, funcionário desta Assembléia Legislativa, admitindo em 01 de maio de 1988, ocupante do cargo de Agente Administrativo N-61, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º inciso II, da Constituição Federal, com proventos mensais e proporcionais a seu tempo de serviço, acrescidos de dois (02) adicionais, de acordo como artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 60, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.08.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**Diretoria Geral****Portarias**

## PORTARIA Nº 090/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em

vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4446, datado de 24 de maio de 2006, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar averbar, na ficha funcional de MARCO AURELIO SALDANHA ROCHA, matrícula nº 377, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NUD-04, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, conforme assegura o parágrafo 9º do artigo 201, da Constituição Federal, o tempo de 11 anos e 13 dias, de acordo com a Certidão de Tempos de Contribuição do INSS em anexo, para efeito de aposentadoria, já descontado o tempo em paralelo trabalhado no Clube de Regatas Flamengo. Na referida Certidão constam os seguintes períodos de tempo:

- no Clube de Regatas do Flamengo, de 03.04.1964 a 31.10.1973;

- na Casa Continental Artigos para Presentes Ltda. De 11.12.1973 a 20.07.1974;

- no Bancial SA Crédito Financiamento e Investimento, de 01.10.1974 a 06.01.1975;

- na Saldanha Comércio de Móveis Ltda., de 01.11.1980 a 31.03.1984;

- na Saldanha Comércio de Móveis Ltda, de 01.06.1984 a 18.12.1985;

- na Rádio Cruzeiro do Sul de Curitiba Ltda, de 03.03.1975 a 31.07.1975;

- na Lema Propaganda Ltda. de 01.08.1975 a 09.01.1976.

Gabinete da Diretoria Geral, 14.08.06.

(a) ABIB MIGUEL

**Ata de Comissão****Redação**

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

## 15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 165 e 256/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotoma Maior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotoma Maior Maruska Sotto Maior - Secretária